



FRAGMENTOS IDENTITÁRIOS E FRONTEIRAS MINADAS EM “O PRIMEIRO HOMEM”, DE ALBERT CAMUS

Leonardo Augusto Bora (UFRJ)

RESUMO: A despeito das ponderações de Edward Said, em “Cultura e Imperialismo”, sobre a ausência de consciência pós-colonial em “A Peste”, “A Queda” e “O Estrangeiro”, é fato que nas páginas de “O Primeiro Homem”, romance inacabado de Albert Camus, são notáveis os questionamentos acerca da condição periférica da Argélia (em relação à dominação francesa), bem como das inúmeras questões identitárias (fronteiriças, multiculturais, transterritoriais, híbridas) derivadas de um quadro de seculares exclusões e entrechoques – e não à toa a memória das guerras e as ameaças terroristas permeiam toda a narrativa, culminando na cena em que uma explosão sacode Argel e desencadeia uma revolta contra os “árabes”, prontamente acusados de serem os responsáveis pela bomba (a criminalização primária, motivada por preconceitos étnico-religiosos, que ainda se vê no século XXI). Em meio ao clima de agitação social, o protagonista da obra, Jacques Cormery, vaga por uma cidade mutilada, empobrecida, em busca de fragmentos identitários que possam explicar a sua condição desfigurada – a ausência de figura paterna, por exemplo, é um dos centros reflexivos do texto. O trabalho pretende problematizar tais apontamentos, redirecionando as luzes de autores como Benedict Anderson, Leela Gandhi e Gayatri Spivak, além do já mencionado Edward Said, para a multifacetada obra camusiana. Desse diálogo podem brotar questionamentos sobre conceitos como “pátria”, “fronteira”, “multiculturalismo” e “identidade”.

Palavras-chave: identidade; pátria; fronteira.

1 – Das fronteiras dos gramados às fronteiras dos mapas

A expressiva campanha da seleção argelina de futebol durante a Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil, fez com que a imprensa destacasse (tanto mais pela real possibilidade, que terminou não se concretizando, de um embate Argélia X França, no Maracanã, nas quartas de final) a história de um país africano cuja trajetória, ao longo do século XX, foi marcada por intensos conflitos e espinhosos debates identitários. Todos acompanhamos, diariamente, o fato de que as questões migratórias têm ocupado

o núcleo das discussões sociopolíticas da Europa, gerando recorrentes ondas de xenofobia – a crise dos refugiados escancarou a ultradireita e o contorno das fronteiras voltou a ser farpado. A Argélia, ex-colônia francesa, conquistou a sua independência em meados da década de 1950, não sem banhos de sangue. As relações entre metrópole e colônia, porém, não foram de todo cortadas; ao contrário, sobraram resíduos (ameaçadores, segundo a teórica indiana Leela Gandhi) terminados os processos de independência – prova disso são os inúmeros jogadores nascidos na Argélia ou filhos de argelinos que integram os esquetes franceses, inclusive a seleção *bleu, blanc, rouge*. O principal atacante dos *Bleus*, no Mundial brasileiro, Karim Mostafa Benzema, muçulmano filho de argelinos, polemizou ao não cantar o hino nacional francês, *La Marseillaise*, por reprovar a menção ao “sangue impuro” derramado nas batalhas. Pipocaram questionamentos, nos portais de notícias: Benzema, afinal, é francês ou argelino? Em tendo nascido em Lyon, não seria o “protesto” um tanto descabido? Na esteira das interrogativas emergiram postulados da teoria pós-colonial adaptados aos gramados do futebol, que, manifestação cultural que é, não está livre da teia de negociações que enreda o conceito contemporâneo de cultura e os diálogos transdisciplinares deste início de século XXI.

Na literatura, ninguém retratou a paisagem e os rostos argelinos com maior projeção internacional que Albert Camus, amante do futebol que provavelmente não se omitiria diante da polêmica de Benzema (entre outros aforismos, teria dito que o futebol o ensinou mais sobre moral e obrigações que muitos dos livros lidos no colégio). Nascido em Mondovi, o escritor construiu uma consistente obra costumeiramente enquadrada nas molduras do Existencialismo, tendo sido exaltado por romances como “A Peste” e “O Estrangeiro”, ambos ambientados na Argélia. De palavras secas, Camus é um dos cernes da análise feita por Edward Said em “Cultura e Imperialismo”, obra em que é ampliado o olhar desenvolvido em “Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente”. A leitura das mais de trinta páginas dedicadas ao escritor permite a afirmação de que Said, fronteiro de nascimento, entre a Palestina e os Estados Unidos, enxergava na obra de Camus, entre a França colonizadora e a Argélia colonizada, importantes elementos para a construção do seu raciocínio crítico assumidamente descolonial. Ainda que, e eis um dado importante para o decorrer deste trabalho, Camus fosse visto como um exemplo de colonizado que tinha o colonizador introjetado em si, um orientalista: escrevia sobre a Argélia tendo por horizonte a França; o punho argelino expressava a identidade da metrópole.

“Cultura e Imperialismo” teve a sua publicação em 1993, quando ainda não havia chegado às livrarias o romance inacabado “O Primeiro Homem”, de Camus, cujos originais foram encontrados entre os pertences do escritor na ocasião do seu falecimento, num acidente de automóvel, em 1960. A primeira edição do livro é de 1994, portanto mais de 30 anos depois da morte do autor. Como geralmente ocorre com as publicações póstumas, a incompletude tende a gerar suposições contraditórias, especialmente no incerto espaço em que se misturam biografia e ficção. O cotejo entre os dados biográficos do autor e a narrativa de “O Primeiro Homem”, porém, permite que se afirme que há, sim, muito da consciência particular e da vivência de Camus na história do protagonista Jacques Cormery, observando-se um misto de doçura e amargor confessional no que tange às reflexões sobre as consciências argelina e francesa.

Este trabalho, sob a ótica transdisciplinar, em diálogo com a teoria pós-colonial representada por autores como Gayatri Spivak e Leela Gandhi, tecerá reflexões sobre os conceitos de identidade, pátria e fronteira, destacando alguns pontos de “O Primeiro Homem”. Para isso, também será fundamental a investigação dos trechos de “Cultura e Imperialismo” em que Edward Said desnuda a prosa camusiana, bem como, evidentemente, a consulta ao antecessor “Orientalismo”.

2 – Fantasmas coloniais e fragmentos identitários

“O Primeiro Homem” é um romance mutilado. Na obra, a figura fantasmática do pai de Jacques Cormery aparece enquanto síntese da violência que matava aos batalhões: o menino argelino – e de nome francês – que retorna a Argel depois de adulto tinha de conviver com a memória em frangalhos do pai, tragicamente morto na Primeira Grande Guerra. É por isso que o capítulo “A procura do pai” apresenta, de antemão, uma ambiguidade: a procura realizada pelo pai (a procura de uma médico para a realização do parto da esposa) e a procura empreendida pelo filho (Jacques, o protagonista, que busca e reconstrói a esfacelada figura paterna enquanto redescobre a cidade onde nasceu e cresceu). A busca nervosa pelo cirurgião ocorre em um espaço geográfico que produto geológico da sobreposição de eras:

Acima da carruagem, que rodava numa estrada pedregosa, grandes e espessas nuvens corriam para o leste na hora do crepúsculo. Três dias antes, elas tinham inchado sobre o Atlântico, esperado o vento oeste, depois se deslocaram, a princípio lentamente e depois cada vez mais depressa, tinham sobrevoado as águas fosforescentes do outono direto para

o continente, se desfiado sobre as escarpas marroquinas, transformando-se em rebanho sobre os platôs da Argélia, e agora, nas proximidades da fronteira tunisiana, tentavam alcançar o mar Tirreno para nele se perderem depois de um percurso de milhares de quilômetros acima dessa espécie de ilha imensa, (...) passando por essa região sem nome apenas um pouco mais rápido do que tinham feito, durante milênios, os impérios e os povos, seu impulso esgotava-se e algumas já se fundiam em grossas e raras gotas de chuva que começavam a ressoar na capota de lona sobre os quatro viajantes. (CAMUS, 2005, p. 17).

Dando início ao caderno de memórias, a viagem das nuvens provenientes do Atlântico em direção ao mar Tirreno também carrega o sentido de transitoriedade – a peregrinação em terras estrangeiras do Êxodo, o secular desafio da transposição das fronteiras e a ideia de “ilha”, a ausência de nomenclatura (“a região sem nome”) e a impossibilidade da completa dominação do espaço. À primeira vista, está-se diante de um fragmento literário que desencadeia o processo de construção de um Oriente simbólico costurado a uma série de elementos subjetivos (vocabulário, imaginário, tradições, etc.); nas palavras de Edward Said, tal empreitada atende por *Orientalismo*, ou seja, “um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental europeia.” (SAID, 2007, p. 27).

O nascimento da criança, no território argelino, em 1913 (portanto às portas da Primeira Guerra), é apenas o prelúdio do enredo memorialista. No decorrer da obra, o Jacques Cormery adulto (“40 anos mais tarde”, em 1953) retorna ao subúrbio de Argel após décadas na França e relembra a infância sofrida, marcada pela austeridade e pela tomada de consciência das pobreza material e intelectual – choques causais que desenham cenas expressivas. O principal exemplo é o episódio da moeda de dois francos: o menino decide embolsar a quantia, troco da compra das minguidas provisões, tendo em vista o pagamento de um ingresso de futebol. Ao chegar em casa, diz para a avó que derrubara a moedinha no banheiro: o troco havia caído na fossa. A avó, então, decide vasculhar os dejetos, levando o menino ao nojo e à reflexão sobre a miséria da família, ao sentimento de culpa: “Compreendia e via então claramente, transtornado pela vergonha, que havia roubado aqueles dois francos do trabalho de sua família.” (CAMUS, 2005, p. 88).

As carências intelectuais aparecem em trechos que oscilam entre o cômico e o tristonho; o analfabetismo da mãe e da avó é desdobrado na sequência em que Jacques se recorda das noites no cinema do bairro. O narrador não poupa adjetivos ao descrever o percurso até a entrada do estabelecimento (o labirinto de tabuleiros onde os vendedores árabes, exóticos, ofereciam guloseimas e afastavam moscas e crianças com

o mesmo gestual enraivecido). Na sala de projeções, o menino se via obrigado a ler as legendas para que a avó compreendesse o desenrolar das películas, o que irritava a vizinhança da platéia. A lembrança constrangida das sessões aciona a percepção de que o repertório intelectual da mãe era ainda mais escasso: igualmente analfabeta, sofria de uma quase surdez; por conseguinte, não conseguia ver filmes nem ler jornais.

Como dito anteriormente, a principal aparição do enredo é a memória do pai zuavo. No capítulo 5 da primeira parte, na sequência do reencontro com a mãe, em 1953, numa ensolarada manhã de domingo (falsamente pacífica, uma vez que uma bomba estava prestes a explodir), Jacques Cormery redescobre a figura paterna, consultando documentos e questionando a mãe (de memória fraca, que sequer se lembrava do nome completo do marido). O estilhaço assassino jazia guardado em uma lata de biscoitos, no armário – fragmento material que condensava a memória do grande conflito. Camus traça um paralelo entre o nascimento de Jacques e a eclosão da Primeira Guerra, o que reforça a ideia de que *o primeiro homem*, a metáfora do título, é um filho dos destroços:

Sim, nas profundezas daquela mesma noite em que ele nascera, durante aquela mudança, emigrante, filho de emigrantes, a Europa já preparava os canhões, que iriam explodir todos juntos alguns meses depois, expulsando os Cormery de Saint-Apôtre, ele para seu batalhão do exército de Argel, ela para o pequeno apartamento da mãe no subúrbio miserável, levando em seus braços o menino inchado pelas picadas dos insetos do Seybuse. “Não se preocupe, mãe. Quando Henri voltar nós iremos embora.” E a avó, na sua sinceridade, os cabelos brancos puxados para trás, os olhos claros e duros: “Minha filha, você vai ter que trabalhar.” (CAMUS, 2005, p. 68).

Camus também retrata os filhos argelinos como órfãos de pais e de pátria; as diferenças étnicas eram unificadas nas trincheiras, diante da morte:

Tudo se passava na verdade lá longe, para onde tinham sido transportadas as tropas da África, e com elas Henri Cormery, o mais depressa possível, levadas de qualquer maneira para uma região misteriosa de que se falava, o Marne, e nem tiveram tempo de arranjar capacetes para eles, o sol não era tão forte que desbotasse as cores como na Argélia, tanto assim que levadas de argelinos, árabes e franceses, vestidos de cores brilhantes e chamativas, com chapéus de palha, alvos vermelhos e azuis que podiam ser vistos a centenas de metros, iam aos bandos para a linha de fogo, eram dizimados aos bandos e começavam a engrossar fileiras num território estreito no qual, durante quatro anos, homens vindos do mundo inteiro, encafuados em buracos enlameados, amontoavam-se a cada metro sob um céu infestado de obuses luminosos, obuses que assobiavam ao mesmo tempo que grandes barreiras explodiam anunciando ataques inúteis. Mas no momento não havia buracos, apenas as tropas da África, que derretiam sob o fogo como bonecos de cera colorida, e a cada dia nasciam centenas de órfãos em todos os cantos da Argélia,

árabes e franceses, filhos e filhas sem pai, que depois deveriam aprender a viver sem lição e sem herança. (CAMUS, 2005, p. 72).

A ausência do pai de Jacques, portanto, era uma ausência de pai coletiva. E sempre a morte à espreita: a calma da manhã das lembranças é abalada pela explosão de uma bomba, o segundo atentado em uma semana. Ocorre, então, uma sobreposição de explosões: a bomba que matou o pai e a bomba que rompeu a manhã. Jacques decide correr ao local do atentado, onde se depara com uma cena de fortes agressões verbais disparadas por um grupo de homens contra uma família árabe – a xenofobia. A sequência é fundamental para a verticalização do diálogo com Edward Said:

Na esquina da rua Prévost-Paradol, um grupo de homens vociferava. Essa raça suja, dizia um operário baixinho vestido com uma camisa de malha, virando-se para um árabe encostado numa porta larga perto do café. E dirigiu-se para ele. – Não fiz nada – disse o árabe.

-Refazer na terceira parte o atentado de *Kessous* e nesse caso dar aqui simplesmente a indicação do atentado.

-Mais adiante.

-Vocês são todos cúmplices, bando de veados – e partiu para agredi-lo. Os outros o detiveram. Jacques disse ao árabe:

-Vem comigo – e entrou com ele no café, que agora pertencia a Jean, seu amigo de infância, filho do cabeleireiro. Jean estava lá, sempre o mesmo, mas enrugado, pequeno e magro, com cara de fuinha e ar atento.

-Ele não fez nada – disse Jacques. – Deixe ele entrar na sua casa.

Jean olhou para o árabe enquanto limpava o balcão.

-Vem – disse, e desapareceram no fundo.

Quando saiu, o operário olhou atravessado para Jacques.

-Ele não fez nada – disse Jacques.

-É preciso matar todos.

-É o que se diz quando se está com raiva. Pense melhor.

O outro encolheu os ombros em sinal de desdém:

-Vá lá ver a confusão e depois fale. (CAMUS, 2005, p. 75/76).

Jacques protege e defende o árabe do discurso genocida (infelizmente atual) de que “é preciso matar todos.” Nesse ponto, é inevitável a comparação entre ele e Meursault, narrador e protagonista de “O Estrangeiro”. Said, em “Cultura e Imperialismo”, se refere a Camus enquanto escritor que expressou “a percepção geográfica de uma vontade francesa singular contestando a Argélia e seus habitantes muçulmanos nativos” (SAID, 2011, p. 284) – ou seja: no limite, um defensor do colonialismo, um condescendente. Sob tal ponto de vista, o personagem Meursault, o assassino de um árabe misterioso, personifica o ideário eurocêntrico também defendido por François Mitterrand. Said afirma que os cinco tiros disparados na praia argelina (o primeiro o tiro homicida e os outros quatro em um corpo morto) refletem a postura

negativa e/ou repressiva de Camus diante da Argélia real, território da África islâmica, em oposição ao endosso do modelo colonizador francês, branco, europeu, católico. Para Said, a insensibilidade de Meursault e o empedernimento de Camus estão interligados, e isso explica “o vazio e a ausência de qualquer contextualização do árabe morto por Meursault” (SAID, 2011, p. 286). Em outras palavras: mais do que denunciar a violência testemunhada em terras argelinas, Said entende a prosa de Albert Camus enquanto manifestação da “consciência francesa” (CAMUS, 2005, p. 286).

Não à toa causa estranhamento ao leitor de Said o trecho de “O Primeiro Homem” em que Jacques defende o árabe das agressões físicas e verbais, demonstrando um inegável senso de tolerância e pacifismo. O mesmo autor que em “O Estrangeiro” enfatizou as balas se enterrando na carne inerte do árabe assassinado demonstra, no livro póstumo, grande sensibilidade para com os debates étnicos – toma posição e defende os árabes (ao menos *aquela* árabe). Não se trata de refutar a argumentação de Said e defender Camus: não se está diante de um tribunal, diferentemente da história de Meursault. Fato é que “O Primeiro Homem” apresenta ingredientes novos e complexos, o que enriquece a discussão sobre *o que é ser argelino* – os debates identitários.

A Argélia da infância de Jacques (e a Argélia redescoberta depois também) é um cenário proletário, explosivo e mutilado, de cheiros desagradáveis e poucos horizontes – mesmo o cinema e os jogos de futebol, prazeres de criança, não podem ser gozados em sua integridade: despertam a culpa, a vergonha, a resignação. Uma Argélia em estado de alerta, à espera de um novo atentado, povoada de fantasmas e privações. Se não é possível (nem desejável a certeza) afirmar que “O Primeiro Homem” representa um giro descolonial na obra de Camus, fato é que, em meio a este cenário desanimador, brotam reflexões críticas concernentes ao conceito de *pátria*, conforme o seguinte excerto:

(...) essa noção de pátria era vazia de sentido para Jacques, que sabia que era francês, que isso implicava em certos deveres, mas para quem a França era uma ausente que se costumava solicitar e que às vezes nos solicitava (...). “Mamãe, o que é a pátria?” perguntara um dia. Ela tinha feito uma cara assustada, como todas as vezes que não compreendia alguma coisa. “Não sei”, ela dissera. “Não. É a França.” “Ah! É isso.” E parecera aliviada. (CAMUS, 2005, p. 180).

O trecho desnuda parte da consciência histórica do protagonista, presa ao modelo dos antepassados europeus – ainda que ele, Jacques, vivesse em um outro continente. A resposta hesitante da mãe alberga os paradoxos coloniais: a dominação introjetada, o “alívio” proveniente de uma simplificação, a aceitação da agenda colonial

– a morte do pai para defender a França, território que, na cabeça do Jacques menino, não passava, nos termos de Benedict Anderson, de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2013). Observa-se, ainda, aquilo que Leela Gandhi chama de “amnésia pós-colonial”: a necessidade de se refundar o passado e a própria noção de “pátria” devido a uma experiência colonialista traumática. Nas palavras da autora, “*memory is the necessary and sometimes hazardous bridge between colonialism and the question of cultural identity.*” (GANDHI, 1998, p. 09).

A questão se torna ainda mais instigante quando os folhetos e as notas que compõem o anexo de “O Primeiro Homem” são investigados. Há, entre centenas de anotações curtas, fragmentos importantes para se pensar os desafios pós-coloniais. No Folheto II, por exemplo, Camus anotou: “As prefeituras de Argel *não têm arquivos* na maior parte das vezes.” (CAMUS, 2005, p. 246). O narrador constata e denuncia a ausência de cuidado para com os registros históricos da colonização francesa – um apagamento intencional do passado sangrento. Uma das primeiras notas é marcada pela ironia mórbida: “Mobilização. Quando meu pai foi convocado para o exército, ele nunca tinha visto a França. Ele a viu e foi morto. (Aquilo que uma família humilde como a minha deu à França).” (CAMUS, 2005, p. 256). Na sequência, diz: “Para *fazer* a Europa, é preciso uma vítima voluntária.” (CAMUS, 2005, p. 261). Dois dos últimos excertos conseguem ser ainda mais contundentes:

A angústia na África quando a noite rápida desce sobre o mar ou sobre os altos platôs ou sobre as montanhas atormentadas. É a angústia do sagrado, o temor diante da eternidade. O mesmo que fez surgir templos em Delfos, onde a noite produz o mesmo efeito. Mas na terra da África os templos estão destruídos, resta apenas esse peso imenso no coração. Como então eles morrem! Silenciosos, afastados de tudo. (CAMUS, 2005, p. 286).

O camponês berbere pobre e ignorante. O colono. O soldado. O branco sem terras. (Ele gostava deles, desses sim, e não daqueles mestiços de sapatos amarelos pontudos e lenços de seda no pescoço que tinham aproveitado apenas o que o Ocidente tinha de pior.). (CAMUS, 2005, p. 287).

Os trechos não apenas expõem o sarcasmo da colonização como lamentam o abandono da África e o preconceito contra o berço argelino; ainda, há a denúncia do comportamento daqueles que “aproveitavam apenas o que o Ocidente tinha de pior”, sujeitos descritos à moda dos dândis, indiretamente acusados de explorar e roer as riquezas da terra, na contramão dos camponeses pobres, dos colonos, dos sem terras – as vítimas do colonialismo, os argelinos que mereciam apreço. Acima de qualquer simplificação, é fato que a postura expressa nos fragmentos é mais explícita e complexa

(se não do ponto de vista literário, da perspectiva da teoria pós-colonial) que os relatos de “O Estrangeiro” e “A Peste”. Se o eurocentrismo se faz presente, também aparece a crítica a tal modelo hegemônico – permanece vivo, portanto, o espaço conflitivo.

3 – Fronteiras minadas

Jacques Cormery, no episódio da moeda de dois francos, adquire consciência de sua classe subalterna, consciência esta que permeia a narrativa e desemboca nos anexos, quando, de maneira crua e sucinta, a dominação argelina é desenhada por Camus (dado que, contrastado com o posicionamento político-institucional do autor em vida – analisado por Edward Said com o rigor metodológico e o cuidado intelectual que notabilizaram o teórico de “Orientalismo” – não soa inverossível: há o contraditório, mas se existem pontos pacíficos entre os teóricos pós-coloniais, um deles é a ideia de que compete aos intelectuais descolonialistas aprender a trabalhar *com* as contradições, e não simplesmente refutá-las, condenando as incongruências.

Nesse sentido, é inegável que a obra que serviu de mote para este trabalho, “O Primeiro Homem”, pode ser entendida como crítica ao colonialismo – ainda que não deliberada. Jacques exercita um olhar agudo para com a sociedade em que está inserido, conferindo voz aos excluídos do poder metropolitano – os *subalternos*, na definição de Gayatri Spivak. É da autora a ideia de que “comprar uma versão autocontida do Ocidente é ignorar a sua produção por parte do projeto imperialista.” (SPIVAK, 2014, p. 98). A França, em “O Primeiro Homem”, símbolo dos poderes bélico e simbólico do Ocidente, está diretamente associada ao sofrimento e à orfandade de uma Argélia desmemoriada e pobre revisitada por um “vitorioso” – alguém que saiu da colônia e conseguiu se estabelecer na metrópole. Apesar disso, alguém que não naturalizara as agruras do colonialismo e que se via enternecido diante da miséria reencontrada.

A estrada que leva Jacques Cormery a Argel (comparada ao câncer) guarda em suas entranhas os “vestígios dos caminhos da morte”; trata-se de uma paisagem feia, que remete o leitor à descrição de Oran, no romance “A Peste”: “À primeira vista, Oran é, na verdade, uma cidade comum e não passa de uma prefeitura francesa na costa argelina. A própria cidade, vamos admiti-lo, é feia.” (CAMUS, 2012, p. 09). Na periferia do mundo, as estradas que passam por tais lugares podem não se entrecruzar com outras (a exemplo da “estrada que não se entrecruza com outra nenhuma” de “Terra Sonâmbula”, de Mía Couto, romance ambientado no Moçambique), mas que servem de

condução para caravanas de discursos entrecruzados. Conclusões planejadas, em tão conflituoso terreno, são indesejáveis porque perigosas. Reavivar, desconstruir e confrontar as linhas de autores como Albert Camus é o que sugere a crítica descolonial. Concluindo, a polêmica fomentada pelo artilheiro Benzema, destacada no início deste trabalho, não é um fato pitoresco ou isolado, mas um indicador recente de que pode haver muito combustível teórico por detrás de uma simples notícia veiculada pela mídia – as fronteiras de um gramado de um estádio de futebol também podem ocultar simbólicas minas terrestres e estrondosos ecos fantasmáticos.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CAMUS, Albert. *A Peste*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

CAMUS, A. *O Primeiro Homem*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

GANDHI, Leela. *Postcolonial Theory: a critical introduction*. Nova York: Columbia University Press, 1998.

SAID, Edward. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, E. W. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte : Editora UFMG, 2014.